



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Contributo para a Avaliação da Qualidade das Visitas Parentais em Acolhimento Familiar: A Escala de Responsividade Parental nas Visitas em Acolhimento Familiar

Catarina Peres Pereira

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Joana Isabel Soares Baptista, Professora Auxiliar, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Contributo para a Avaliação da Qualidade das Visitas Parentais em Acolhimento Familiar: A Escala de Responsividade Parental nas Visitas em Acolhimento Familiar

Catarina Peres Pereira

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Joana Isabel Soares Baptista, Professora Auxiliar, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

Pelo direito a crescer numa família.

Agradecimentos

À Professora Doutora Joana Baptista, por toda a paciência e toda a orientação que me deu, não só ao longo desta etapa, como ao longo de todo o meu percurso em Psicologia. Um obrigada não chega por todo o apoio, incentivo e feedback que só me fizeram melhorar e crescer nesta caminhada que mesmo sendo dura, contou sempre com o seu voto de confiança e incentivo para fazer mais e melhor.

Aos meus pais e familiares, que desde tenra infância não só aturam esta ideia tão teimosa de querer ser psicóloga um dia, como incentivam e apoiam todos os passos que dou nesse sentido, mesmo quando tudo parece correr ao contrário. Obrigada por terem sempre sido os primeiros a acreditar em mim, mesmo quando eu não o fazia e por cá estarem em todas as alturas, de braços abertos.

À minha Bizinha, à minha Bizores, à minha Helena e à minha Raquel, por serem os meus pilares, as minhas âncoras e as minhas sombras neste percurso e na vida. Obrigada por me aturarem todos os dias dos últimos 5 anos. Ao meu Li, por toda a paciência, todo o amor, todo o carinho e por ser o meu porto seguro, todos os dias. À minha equipa de futebol, o meu onze ideal com quem vivi tudo o que podia viver (e mais um bocadinho) e que vai ocupar sempre um cantinho muito especial. Ao Núcleo de Alunos do Bailão, a todas essas pessoas com quem tive o privilégio de me tornar família e com quem partilho algumas das memórias mais bonitas que de mim fazem parte.

Ao Iscte, ao Campo Grande, ao Pátio, a Psicologia, a todos os cantinhos e todos os segredos desta cidade, que levo comigo para a vida. A todas as pessoas que conheci pelo caminho e que por cá ficaram, que vão ser sempre a parte mais especial daqueles que foram os melhores anos da minha vida. Obrigada.



Este trabalho integra o projeto de investigação All4Children, financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto 2022.03592.PTDC

Resumo

As crianças e jovens acolhidos em famílias de acolhimento mantêm contactos com a sua família de origem, através de visitas que podem ser supervisionadas para avaliar e dar apoio à reunificação familiar (e.g., Bullen et al., 2015). Contudo, existe uma lacuna nos instrumentos disponíveis para avaliar a qualidade das visitas (e.g., Van Holen et al., 2024). Este estudo pretendeu desenvolver uma escala de observação para a avaliação da qualidade da interação pais-criança (Escala de Responsividade nas Visitas em Acolhimento Familiar [ERP-VAF]), para cotação no momento pelos profissionais em promoção e proteção. Contou com uma amostra de 20 crianças e respetivas mães, com idades compreendidas entre os 4 e 6 anos, e os 20 e 41 anos, respetivamente. A qualidade da interação mãe-criança foi avaliada através de um procedimento semiestruturado, recorrendo-se à ERP-FAV e às Escalas de Sensibilidade-Insensibilidade e Cooperação-Interferência de Ainsworth et al. (1978). A psicopatologia materna foi avaliada através do Inventário de Sintomas Psicopatológicos e o desenvolvimento mental das crianças através das Escalas de Desenvolvimento Mental de Ruth Griffiths. Quanto aos resultados, a ERP-VAF apresentou um acordo interobservadores excelente. Valores mais elevados na ERP-VAF revelaram estar fortemente associados à sensibilidade e cooperação maternas, e a uma maior escolaridade materna. Embora exploratórios, os resultados deste estudo poderão vir a contribuir para a avaliação das visitas de contacto em acolhimento familiar, auxiliando os profissionais nos processos de tomada de decisão.

Palavras-chave: Acolhimento Familiar, Visitas de contacto, Família de Origem, Qualidade da interação pais-criança.

PsycInfo Codes:

2200 Psychometrics & Statistics & Methodology

2800 Developmental Psychology

Abstract

Children and youth in foster care maintain contact with their birth family through visits, which can be supervised to assess and support family reunification (e.g., Bullen et al., 2015). However, there is a lack of measures for the assessment of those visits' quality (e.g., Van Holen et al., 2024). The aim of this study was to develop an observational scale to assess the quality of interaction during contact visits (Parental Responsiveness Scale in Foster Care Visits [PRS-FCV]), to be coded in the moment. It included a sample of 20 children and their mothers, aged between 4 and 6 years, and 20 and 41 years, respectively. The quality of mother-child interaction was assessed based on a semi-structured procedure, using the PRS-FCV and the Ainsworth and colleagues' (1978) Sensitivity and Cooperation Scales. Maternal psychopathology was assessed using the Brief Symptom Inventory, and child mental development was assessed using the Ruth Griffiths Mental Development Scales. As for the results, the PRS-FCV showed excellent interobserver agreement. Higher PRS-FCV scores were strongly associated with maternal sensitivity and cooperation, and a higher maternal education. Although exploratory, the results of this study may contribute to the assessment of contact visits in foster care and assist professionals in decision-making processes.

Key-words: Non-kinship foster care, Contact visits, Birth families, Quality of parent-child interaction.

PsycInfo Codes:

2200 Psychometrics & Statistics & Methodology

2800 Developmental Psychology

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
Capítulo 1. Enquadramento Conceptual e Empírico.....	3
1.1. Enquadramento conceptual e empírico.....	3
1.2. Objetivos do presente estudo.....	11
Capítulo 2. Método.....	13
2.1. Participantes.....	13
2.2. Instrumentos.....	15
2.2.1. Escala de Responsividade Parental nas Visitas em Acolhimento Familiar.....	15
2.2.2. Escalas de Sensibilidade-Insensibilidade e Cooperação-Interferência de Mary Ainsworth.....	16
2.2.3. Inventário de Sintomas Psicopatológicos.....	16
2.2.4. Escalas de Desenvolvimento Mental da Griffiths.....	16
2.3. Procedimento.....	17
2.4. Estratégia Analítica.....	18
Capítulo 3. Resultados.....	19
3.1. Estatísticas Descritivas.....	19
3.1.1. Escala de Responsividade Parental nas Visitas em Acolhimento Familiar.....	19
3.1.2. Escalas de Sensibilidade-Insensibilidade e Cooperação-Interferência de Mary Ainsworth.....	19
3.1.3. Inventário de Sintomas Psicopatológicos.....	19
3.1.4. Escalas de Desenvolvimento Mental da Griffiths.....	19
3.2. Fiabilidade.....	20
3.3. Validade de Construto.....	20
3.4. Outras Associações.....	20
Capítulo 4. Discussão.....	23
4.1. Discussão.....	23
4.2. Limitações do estudo e sugestões para investigação futura.....	26
4.3. Implicações para a prática.....	27
Conclusão.....	29
Referências Bibliográficas.....	31

Introdução

O acolhimento familiar trata-se de uma medida de promoção dos direitos e de proteção da criança, de carácter temporário e transitório, que proporciona à criança retirada a manutenção num ambiente familiar (Lei nº 142/2015, de 8 de setembro). É vital que neste processo as crianças e os jovens colocados em famílias de acolhimento mantenham contactos com a sua família de origem (Bertão et al., 2015), dando continuidade aos vínculos e relações significativas prévias ao acolhimento. No entanto, os contactos com a família de origem não são lineares e requerem um permanente e cuidadoso balanço dos fatores de risco e dos fatores de proteção que lhes advêm, sendo estes exclusivos a cada caso (Schofield & Beek, 2005). As visitas podem ser supervisionadas para manter ligações e o sentido de identidade da criança ou para avaliar e dar apoio à reunificação familiar (Bullen et al., 2015), no entanto, não é claro quais os critérios utilizados atualmente nas práticas de tomada de decisão no contexto das visitas (Van Holen et al., 2024). Por existir uma lacuna nos instrumentos de avaliação da qualidade das visitas, o presente estudo visou contribuir para o desenvolvimento da Escala de Responsividade Parental nas Visitas em Acolhimento Familiar (ERP-VAF), e para a análise preliminar das suas propriedades psicométricas, enquanto escala de observação da qualidade de interação durante as visitas parentais.

O trabalho exposto está organizado em torno de quatro capítulos, nomeadamente, o enquadramento conceptual e empírico, o método, os resultados e a discussão. No primeiro capítulo, referente ao enquadramento conceptual e teórico é apresentada a medida de acolhimento familiar, quer do ponto de vista da investigação quer do ponto de vista da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo [LPCJP] (Lei nº147/99, de 1 de setembro). De seguida é apresentada a revisão da literatura sobre as visitas parentais no acolhimento familiar, o seu impacto na criança e nas famílias e a existência de instrumentos de avaliação para o efeito. É, ainda, explorado o problema de investigação, bem como os objetivos gerais e específicos do presente trabalho. No capítulo seguinte, método, é descrita a amostra, os instrumentos de avaliação utilizados no estudo, o procedimento que guiou a recolha de dados e, ainda, a estratégia analítica. O capítulo seguinte analisa os resultados do presente estudo, seguindo-se a sua discussão, as limitações do estudo, sugestões para investigação futura e conclusão.

Capítulo 1. Enquadramento Conceptual e Empírico

1.1. Enquadramento conceptual e empírico

As crianças necessitam de relacionamentos estáveis e seguros com adultos responsivos, de forma a prosperarem, sendo muito mais provável que estes relacionamentos sejam criados num ambiente familiar (Unicef & Eurochild, 2021). Dando particular enfoque ao período da infância, onde as relações entre pais e filhos se destacam pelo decorrente de um instinto natural de cuidado e de proteção, chega-se à consideração de que os pais são as pessoas que melhor conhecem as necessidades dos seus filhos (Bertão et al., 2015). No entanto, e de forma quase que contraditória é também no seio da própria família que as crianças se encontram em maior risco de ser maltratadas (CNPDPJC, 2016), pois nem sempre as famílias de origem (FO) se encontram na sua plena capacidade de prestação de cuidados, faltando ao reconhecimento e atendimento das necessidades das suas crianças. Esta carência ou privação, total ou parcial, dos cuidados parentais resultantes de interações insuficientes entre a criança e o cuidador, quer por ausência desta figura, quer pela descontinuidade e insegurança nas relações estabelecidas, podem ter efeitos adversos nas crianças e jovens (CJ) (Bowlby, 1984). É, então, nestas circunstâncias, que a sociedade e o Estado têm o dever de intervir, através dos serviços sociais locais ou de entidades com poder judicial, para a garantia da proteção da criança (Delgado, 2010), podendo proceder à retirada da CJ da situação de perigo, acolhendo-a no sistema de promoção e proteção.

Em Portugal, os sistemas de acolhimento de CJ estruturam-se normalmente tendo por base o Acolhimento Residencial (AR) e o Acolhimento Familiar (AF) (Delgado, 2020), sendo este último alvo de maior destaque. O AF apresenta disparidades significativas na sua definição, dependendo do contexto social e da época a que nos referimos (Magalhães & Baptista, 2021, p.). No entanto, esta modalidade de acolhimento é identificável na sociedade há largas décadas, onde outrora as crianças eram acolhidas com base em sentimentos de entreatajuda entre as populações, num carácter espontâneo, tendo mesmo a lei, em 1979, passado a reconhecer que “todas as formas substitutas da família lhe são inferiores” (Decreto-Lei n.º 288/79, de 13 de Agosto), transmitindo desde aí a importância da manutenção das CJ numa família.

Atualmente, o AF constitui-se como uma medida de promoção dos direitos e de proteção da criança, de carácter temporário e transitório, onde o foco é proporcionar a manutenção de um ambiente familiar à CJ retirada/o, considerando-se ser a única medida que atende à necessidade de compromisso pessoal, pertença, atenção e disponibilidade individualizada das CJ em acolhimento (Cuña, 2021). No sistema português, o AF é promovido pelas instituições

de enquadramento (IE), podendo estas ser os Centros Distritais de Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e as IPSS, correspondendo a estas a competência de seleccionar as famílias de acolhimento (FA), formá-las, acompanhar o acolhimento e emitir os devidos pareceres sobre a continuação, alteração ou cessação da medida (Delgado, 2010).

Embora em 2015, com a Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, o AF tenha passado a ser considerado uma medida de aplicação privilegiada, esta continua muito aquém do esperado quanto à sua efetiva aplicação. Apesar do seu crescimento pelo terceiro ano consecutivo, o AF continua a apresentar-se como muito insuficiente, representando apenas 3,6% num universo de 6347 crianças acolhidas (ISS, 2023), que se torna num número ainda mais avassalador quando comparado com as estatísticas de alguns países europeus. Em Espanha, país vizinho, 48% das CJ encontram-se com uma medida de acolhimento de tipo familiar, na Irlanda, 91% e em Malta, 95% (Unicef & Eurochild, 2021), sendo Portugal o país europeu com a maior taxa de institucionalização (95%) à data (Unicef, 2024).

Estes números tornam-se gritantes perante investigação que sugere que apenas um ambiente familiar pode proporcionar figuras parentais que garantem que as necessidades da criança são atendidas, fornecendo o carinho e a atenção necessários, sendo este o ambiente mais capaz na promoção do desenvolvimento geral da criança e no estabelecimento de uma vinculação segura (e.g., Bertão et al., 2015; Cuña, 2021; Negrão et al., 2022). Estas são características que se opõem a um ambiente residencial, onde a rotatividade de cuidadores, rotinas e atividades, se mostra muito mais incapaz (Cuña, 2021) na tentativa de cuidados personalizados.

A maioria das CJ em acolhimento apresentam percursos de vida altamente complexos, marcados por privações decorrentes de contextos familiares negligentes e situações de maus-trato, que poderão estar na origem do desenvolvimento de problemas a nível de desenvolvimento, baixos desempenhos académicos e dificuldades de integração social (e.g., Craven & Lee, 2006). Quando necessária a retirada da CJ do seio familiar de origem, esta separação, cuja duração é muito variável dependendo de cada caso, podendo ou não ser definitiva, pressupõe uma resposta adaptativa extremamente complexa por parte destas CJ (Del Valle et al., 2009) sendo a própria retirada em si mais um fator de risco e vulnerabilidade.

As CJ em acolhimento experienciam perdas ambíguas, seja pelo afastamento de familiares significativos ao nível do seu quotidiano, seja pelas alterações que ocorrem na estrutura da sua família, como pela situação de indefinição em que se encontram (Bertão et al., 2015), uma vez que a entrada da CJ em acolhimento não implica um corte total com a FO. A medida de AF permite a manutenção de contactos e de relacionamentos próximos, sempre que

estes se mostrem benéficos e se apresentem do superior interesse da criança. Enquanto um dos pressupostos desta medida, a manutenção de contactos permite ainda a previsibilidade do regresso da CJ à família natural, quando esta se encontre em condições de garantir a promoção dos seus direitos e proteção (art.º 3º) (Figueiredo, 2021).

Esta continuidade de vínculos e relações significativas prévias é, portanto, efetivada em convívios/contactos com a FO, sendo estes momentos um direito da CJ previsto na Convenção sobre os Direitos da Criança (Unicef, 2019), onde “Os Estados Partes respeitam o direito da criança separada, de um ou ambos os seus pais, de manter regularmente relações pessoais e contactos diretos com ambos, salvo se tal se mostrar contrário ao interesse superior da criança.”. Também na legislação portuguesa se encontra contemplado este direito, embora se apresente omissivo no âmbito do AF. A lei (Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de Setembro) vincula as entidades que deverão contribuir para a criação de condições que promovam e facilitem o fortalecimento das relações da CJ com a sua FO. Determina ainda a obrigação da salvaguarda do efetivo cumprimento dos convívios acordados, definindo que as IE devem ter um modelo de intervenção de referência que concretize programas que integrem instrumentos e procedimentos necessários à avaliação e acompanhamento técnico da situação das CJ e respetivas famílias, tendo em conta a promoção de contactos entre a CJ e a sua FO (alínea d). Porém, mantém-se incerto a quem corresponde o quê (Figueiredo, 2021).

Estes contactos podem, portanto, ser “indiretos”, como um telefonema ou videochamada, ou “diretos”, num formato presencial, com ou sem supervisão por assistentes sociais ou outros profissionais do sistema, sendo esta supervisão mais provável de ocorrer quando as CJ têm menos de cinco anos e quando existem preocupações sobre a sua segurança (Sen & Broadhurst, 2011). A forma mais comum e desejada dos tipos de contacto, são os contactos diretos, face-a-face, que implicam um encontro pessoal e que por essa razão são apelidados de visitas (Delgado, 2016, p. 20).

Bullen e colaboradores (2015) destacam que as visitas podem ser supervisionadas não só pela salvaguarda da segurança da CJ, como pela necessidade de avaliar a capacidade parental, bem como apoiar os relacionamentos e reunificação, geralmente sustentada por teorias do desenvolvimento humano, como a Teoria da Vinculação (Bowlby, 1984). Além da avaliação e prestação de apoio à reunificação familiar, a existência de contactos permite reforçar o sentimento de pertença da CJ, facilitando a construção da sua identidade e libertando-as de conflitos de lealdade, evitando-se assim perdas desnecessárias que acentuariam as suas marcas de vulnerabilidade (Bertão et al., 2015).

Reconhecendo que não existe forma de promover os direitos das CJ e as medidas de acolhimento, se não houver uma intervenção adequada com as famílias, tanto a supervisão às FO nestes momentos como o papel das FA, devem ter naturalmente uma orientação para aquilo que representa a estabilidade, do ponto de vista relacional, da qualidade das relações e da segurança da CJ, tanto ao nível da tomada de decisão, como do planeamento da própria intervenção por parte dos profissionais (Cuña, 2021). No entanto, a investigação sobre as visitas de contacto tende a ser muito descritiva e centrada principalmente no seu tipo, natureza, frequência, localização e supervisão, e não no comportamento das pessoas envolvidas e na forma como interagem durante estas visitas (Salas et al., 2021), como por exemplo, na qualidade da relação.

Alguns autores, como Neil e Howe (2004), argumentam inclusive que o contacto não é uma boa ou má experiência por si só, sendo que o fator diferencial para lá da sua mera existência ou frequência, é a qualidade da experiência e o facto de ser ou não apropriada aos seus protagonistas, particularmente, à CJ.

Esta visão está de acordo com algumas revisões da literatura mais recentes (e.g., Poitras et al., 2022; Ruiz-Romero et al., 2021; Sen & Broadhurst, 2011; Taplin & Mattick, 2014) sobre o impacto destas visitas nas CJ, que apontam para resultados mistos e contraditórios no que concerne à associação entre o contacto e o ajustamento da CJ, sendo estes resultados muito inconsistentes. A literatura aponta que a manutenção das visitas pode ou não ser benéfica para as CJ, sendo por isso essencial que os profissionais que estabelecem os planos de visitas tenham em consideração inúmeros fatores, como características da relação CJ-FO pré-existentes ao acolhimento, a qualidade da relação ou a capacidade destes cuidadores para gerirem o contacto dentro daquilo que são os interesses e necessidades das CJ (Sen & Broadhurst, 2011).

Desta forma, tal como Schofield e Beek (2005) defendem, o foco na supervisão destas visitas deverá ser o sentimento de segurança da CJ, percebendo se esta se sente física e emocionalmente segura, antes, durante e depois do contacto ocorrer, pois nestes contactos, a mesma variável poderá parecer protetora numa visita e uma fonte de risco noutra. Ou seja, o contacto com a FO pode por um lado proteger a sensação de bem-estar da CJ, contribuindo, por exemplo, para o seu sentimento de pertença e valorização de ambas as famílias (FO e FA), como também reduzir a sensação de dissonância sobre a sua identidade. Ou, por outro lado, quando mal gerido, o contacto pode contribuir para o aumento da ansiedade, da confusão cognitiva e ainda para uma diminuição da autoestima e da autoeficácia da CJ (Schofield & Beek, 2005).

Destaca-se, então, o papel altamente relevante dos profissionais aquando das decisões sobre a continuidade destes contactos e em que moldes e frequência ocorrem. Estas decisões devem ser tomadas caso a caso, de forma a garantir o superior interesse de cada uma das crianças, tendo em conta as especificidades de cada uma delas (Neil & Howe, 2004; Salas et al., 2021; Sen & Broadhurst, 2011), sendo a literatura clara quando aponta que contactos mal planeados, sem apoio e com interações de fraca qualidade podem ser prejudiciais para as CJ, especialmente quando existe um historial de mau-trato (Sen & Broadhurst, 2011).

Tendo em conta a investigação que tem vindo a concluir que a qualidade das visitas supera a sua frequência, no que concerne ao impacto positivo na criança e ao seu desenvolvimento (e.g., Attar-Schwartz, 2008; Cabral, 2020; Cuña, 2021; Humphreys & Kiraly, 2011; Moyers et al., 2006), a qualidade da interação deve ser tida em conta no momento das supervisões. Com enfoque nos casos onde a reunificação familiar se demarca como principal objetivo, é necessária uma avaliação minuciosa da capacidade e preparação das famílias para uma prática segura e eficaz, devendo esta avaliação incluir componentes como a resposta da família à intervenção profissional anterior, os fatores de risco atuais e as eventuais necessidades de apoio pós-reunificação (Sen & Broadhurst, 2011). Destaca-se também a investigação que evidencia as associações significativas entre a menor qualidade dos contactos (e.g., instabilidade, inconsistência) e a presença de mais problemas de internalização e externalização, nomeadamente maiores níveis de ansiedade, comportamentos agressivos e dificuldades sociais nas CJ (e.g., Attar-Schwartz, 2008).

Alink e colaboradores (2009) salientam que uma menor qualidade da interação e dificuldades na relação pais-criança pode mesmo ampliar os efeitos do historial prévio de maus-tratos, na emergência de psicopatologia posterior. Por outro lado, apontam que interações responsivas e uma relação de vinculação segura, podem amortecer os efeitos negativos de fatores de risco precoces (i.e., maus-tratos) no desenvolvimento de psicopatologias. Desta forma, a qualidade da relação com o cuidador pode cumprir, pelo menos, duas funções diferentes (Alink et al., 2009), sendo por isso necessário compreender como os comportamentos interativos parentais podem impactar destas diferentes formas o desenvolvimento da criança.

A responsividade parental, por exemplo, normalmente associada à capacidade de resposta contingente, apropriada e imediata do cuidador aos sinais da criança, é um dos fatores que se apresenta como determinante no desenvolvimento da CJ, uma vez que o seu padrão de vinculação depende, até certo ponto, da qualidade dos cuidados e da capacidade de resposta sensível que recebeu (Bornstein, 2012). Desta forma, um cuidador considerado responsivo está

mais apto para promover vários resultados positivos no desenvolvimento da criança, quer a nível emocional, social, simbólico, verbal, como intelectual (Bornstein, 2012).

Por outro lado, existem fatores de risco considerados prejudiciais à interação das díades, como por exemplo a hostilidade, que se refere à agressão, aos conflitos e a uma relação de disputa entre pais e filhos (Sessa et al., 2001), reforçando que uma parentalidade autoritária e pautada por emoções como a raiva, pode não só ser interpretada pelas crianças como falta de atenção e de cuidado das suas necessidades, como proporcionar-lhes um ambiente modelador destes comportamentos desajustados (Er-Vargün & Akgün, 2024).

No contexto das visitas, Akin e colaboradores (2017), por exemplo, sugerem que práticas parentais negativas (e.g., a utilização de estratégias hostis para controlar o comportamento da criança) podem contribuir para dificuldades emocionais e comportamentais na criança, enquanto práticas parentais positivas podem exercer influência na qualidade das visitas de contacto e para o bem-estar da CJ. Assim, os autores enfatizam a necessidade de intervenções que apoiem e ajudem os pais em aspetos como resolução de problemas (e.g., esclarecer questões ou discutir formas ajustadas de abordá-las), envolvimento positivo (e.g., envolver-se positivamente em interações verbais/não-verbais), monitorização e comunicação (e.g., demonstrar interesse no bem-estar da criança ou ouvi-la ativamente) e disciplina eficaz (e.g., estabelecer limites quando necessário ou apropriado e proporcionar um controlo equilibrado do comportamento da criança), sendo estas características comuns nas famílias caracterizadas pelo risco e que podem influenciar negativamente o comportamento e resposta às necessidades das CJ.

Já numa revisão sistemática de instrumentos observacionais de avaliação da sensibilidade materna, os autores Mesman e Emmen (2016) apontam a definição de sensibilidade e das Escalas de Sensibilidade-Insensibilidade e Cooperação-Interferência de Mary Ainsworth e colaboradores (1978), como uma das mais valiosas contribuições para o estudo da parentalidade e do desenvolvimento infantil. Os autores realçam, porém, a inexistência, no âmbito dessas escalas, de referência a outros comportamentos parentais igualmente relevantes, como o afeto positivo. A este respeito, afirmam que investigação sobre interações pais-filhos enfatiza explicitamente a importância do afeto positivo e caloroso, e de outros comportamentos parentais, como a estimulação cognitiva, pelo impacto que podem exercer em múltiplos domínios do desenvolvimento da criança.

Mesman e Emmen (2016) realçam também que embora determinantes, escalas como as da sensibilidade e cooperação foram desenvolvidas com foco à sua utilização em contextos de investigação e não em contextos práticos e de intervenção. Estes instrumentos clássicos

caracterizam-se por uma administração demorada e de cotação *a posteriori*, sendo ainda necessária formação e especialização por parte dos profissionais, para que os possam aplicar e cotar (Mesman & Emmen, 2016).

Adicionalmente, uma revisão sistemática de instrumentos de observação promissores relativos à interação cuidador-criança, no âmbito do sistema de proteção (Cañas et al., 2020), sugere que embora existam diversos instrumentos para este feito, a sua escolha requer cautela. Ao escolher um instrumento a utilizar é necessário perceber quais apresentam boas propriedades psicométricas, para a devida utilização num contexto em que a população em análise se caracterize por crianças e famílias em risco (i.e., AF). Desta forma, Cañas e colaboradores (2020) concluíram que entre os 29 instrumentos em análise, cerca de metade apresentou problemas significativos quanto à qualidade das suas propriedades psicométricas, nomeadamente, por carecerem de evidências robustas quanto à sua validade e fiabilidade. Estas são características que reforçam a falta de instrumentos de observação e cotação no momento, no âmbito da interação cuidador-criança.

Para que todas estas dimensões sejam observadas e analisadas é ainda necessário procurar e compreender as necessidades dos profissionais no terreno, como Kiely e colaboradores (2019) fizeram ao explorar as perceções e experiências de pais biológicos, supervisores e de outros intervenientes, sobre o contacto supervisionado entre pais e filhos, num centro na Irlanda. Algumas das principais conclusões a que esta investigação chegou passam pelo sentimento de confusão que os pais relatam, sobre o que podem fazer e dizer durante as visitas, devido à falta de clareza sobre como os seus comportamentos serão avaliados, deixando-os muitas das vezes sem qualquer *feedback* sobre a sua evolução enquanto cuidadores. Por outro lado, os supervisores reportaram que as suas tarefas de supervisão estavam por vezes limitadas à observação e elaboração de relatórios, a pedido dos assistentes sociais, e que os planos de contacto tendiam a ser relativamente estereotipados e com muito pouca variação ao longo do tempo, que atendessem realmente às necessidades e interesses individuais das crianças, que estão em constante mudança. Os profissionais que supervisionam as visitas reconhecem ainda o seu papel decisivo, mas salientam que não existe uma maneira única de observar e registar estes contactos, sendo que as observações variam entre os supervisores e que por essa razão, a qualidade e credibilidade das suas observações pode, ocasionalmente, ser contestada. Estes resultados apontam e reforçam a falta de um protocolo consistente para a avaliação e registo do contacto observado e de um mecanismo para avaliar até que ponto as necessidades de uma criança estão a ser satisfeitas ao longo do tempo, aos olhos do plano de visitas estabelecido (Kiely et al., 2019).

Na mesma linha, outros autores (e.g., Carvalho et al., 2018; Delgado, 2016; Rycus et al., 2008; Van Holen et al., 2024) também sugerem que habitualmente não são fornecidas estruturas ou diretrizes claras de apoio aos profissionais em contexto de acolhimento para a tomada de decisões relativas às visitas, baseando-se estas, em grande parte, apenas no julgamento clínico de cada profissional. Nem mesmo a criação de organizações internacionais que enquadraram as visitas supervisionadas, como é o caso da Supervised Visitation Network (SVN), tem levado à criação de mecanismos que apoiem os técnicos no cumprimento de boas práticas neste âmbito, deixando uma margem de manobra muito considerável quanto à determinação daquilo que constitui o “superior interesse da criança” nas visitas parentais (Saini et al., 2012).

Conclui-se, assim, que os profissionais que trabalham no sistema de promoção e proteção assumem particular responsabilidade, uma vez que os seus julgamentos e decisões influenciam a vida das CJ em risco, bem como a vida das suas famílias (Carvalho et al., 2018). Esta é uma realidade preocupante dada a multiplicidade de critérios que podem influenciar as tomadas de decisão, sendo necessárias ferramentas e orientações concretas que considerem cada variável relevante, em cada caso, no momento da avaliação do contacto, e que contribuam para processos de tomada de decisão sistemáticos e bem fundamentados (Van Holen et al., 2024). Desta forma, é fundamental e urgente a criação de uma avaliação eficaz, abrangente e validada, que consiga aceder não só a estas capacidades parentais pré e pós intervenção, bem como do seu potencial de mudança, num período de tempo que se caracterize como realmente útil para a criança (Magalhães & Baptista, 2021).

Em suma, sabendo (1) que urge clarificar o papel de cada um para garantir a efetiva proteção e segurança da criança, e para permitir uma avaliação adequada sobre a continuidade do contacto e do próprio acolhimento (e.g., Carvalho et al., 2019); (2) que a investigação sobre ferramentas de observação para serem cotadas no momento, pelos profissionais em promoção e proteção, é atualmente inexistente em Portugal; (3) que as escalas clássicas para a avaliação dos comportamentos parentais não respondem às necessidades dos serviços encarregues de supervisionar as visitas parentais, pois obrigam à gravação audiovisual das interações pais-CJ, levando à não adesão por parte das FO (e.g., podem considerar o vídeo intrusivo) e dos profissionais (e.g., podem estar impossibilitados de fazer cotações offline—e.g., devido ao elevado volume processual); (4) que a literatura aponta para necessidades claras da intervenção em áreas específicas da parentalidade com as FO (e.g., Akin et al., 2017); e (5) que é necessária a avaliação da qualidade das interações em contexto de visita e não apenas da sua frequência:

é, então, imperativa a construção e validação de instrumentos de avaliação da qualidade das visitas, com foco nos comportamentos interativos parentais, desenvolvimentalmente apropriados, que possam contribuir para a criação de protocolos de avaliação em contexto de AF, particularmente no âmbito das visitas, contribuindo para as tomadas de decisão dos profissionais.

1.2. Objetivos do presente estudo

Considerando o exposto, este trabalho tem como objetivo geral explorar as propriedades psicométricas da Escala de Responsividade Parental nas Visitas em Acolhimento Familiar (ERP-VAF), recentemente desenvolvida, enquanto escala de observação da qualidade de interação CJ-FO durante as visitas parentais. Pretende-se que esta venha a ser uma ferramenta útil para a avaliação no sistema de promoção, contribuindo para a tomada de decisão dos profissionais, por exemplo no âmbito da reunificação familiar e na definição dos projetos de vida das CJ. Espera-se ainda que possa servir como suporte na monitorização do plano de contactos estabelecido, fornecendo informação relevante para ajustes na própria intervenção.

Recorrendo a uma amostra de mães e crianças da comunidade, enquanto etapa inicial para o desenvolvimento e exploração das propriedades psicométricas da ERP-VAF, e no que concerne aos objetivos específicos, este estudo propõe-se a analisar (1) a fiabilidade da ERP-VAF, através do cálculo do acordo interobservadores; e (2) a validade de construto da escala, explorando as suas associações com a sensibilidade e cooperação materna avaliadas com base nas escalas de Ainsworth e colaboradores (1978). Este estudo pretendeu igualmente explorar as associações entre a ERP-VAF e variáveis sociodemográficas (e.g., idade e sexo da criança, idade e grau de escolaridade da mãe), bem como a psicopatologia materna e o desenvolvimento mental da criança.

Capítulo 2. Método

2.1. Participantes

Os participantes deste estudo constituem uma subamostra de um estudo mais vasto sobre os efeitos da adversidade ambiental no desenvolvimento da criança em idade pré-escolar (para uma descrição do estudo mais vasto, ver Baião et al., 2018).

Em particular, a amostra do presente estudo é constituída por 20 crianças em idade pré-escolar, da comunidade e sem história de acolhimento, e respetivas mães, de nacionalidade portuguesa. A idade das crianças estava compreendida entre os 48 e os 73 meses ($M = 53.15$, $DP = 6.72$), mais concretamente entre os 4 e os 6 anos de idade ($M = 4.15$; $DP = .49$). Adicionalmente, 10 (50%) crianças eram meninas e 10 (50%) eram meninos. O número médio de filhos por família foi de 1,65 ($DP = .59$, variação = 1 - 3) e 40% ($n = 8$) das crianças da amostra eram filhos(as) únicos(as).

A idade das mães variou entre os 20 e os 41 anos ($M = 31.55$; $DP = 5.48$). Quanto às suas habilitações literárias, 3 mães (15%) tinham completado menos de 9 anos de estudos, 10 completaram 9 anos de estudos (50%), 5 (25%) tinham o ensino secundário completo, e 2 (10%) eram detentoras de um grau de ensino superior. Relativamente ao seu estado civil, 4 (20%) das mães eram solteiras, 5 (25%) viviam com um companheiro em união de facto, 7 (35%) eram casadas e 4 (20%) divorciadas. Por fim, 14 das 20 mães encontravam-se empregadas (80%) e 1 a trabalhar em part-time (5%), enquanto as restantes 5 mães (25%) estavam desempregadas (cf., Tabela 1).

Tabela 1*Caracterização da Amostra*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>N (%)</i>	<i>Min.</i>	<i>Max.</i>
Crianças			20 (100%)		
Sexo (%)					
Feminino			10 (50%)		
Masculino			10 (50%)		
Idade (em meses)	53,15	6,72		48	73
Idade (em anos)	4.15	.489		4	6
Mães			20 (100%)		
Número de filhos da mãe					
1			8 (40%)		
2			11 (55%)		
3			1 (5%)		
Idade da mãe (em anos)	31,55	5,48		20	41
Escolaridade da mãe					
1º Ciclo			2 (10%)		
2º Ciclo			1 (5%)		
3º Ciclo			10 (50%)		
Ensino Secundário			5 (25%)		
Licenciatura			2 (10%)		
Estado civil da mãe					
Solteira			4 (20%)		
União de facto			5 (25%)		
Casada			7 (35%)		
Divorciada			4 (20%)		
Estatuto profissional da mãe					
Empregada			14 (70%)		
Desempregada			5 (25%)		
Part-time			1 (5%)		

Nota. M = Média; DP = Desvio Padrão; Min. = Mínimo; Max. = Máximo.

2.2. Instrumentos

2.2.1. Escala de Responsividade Parental nas Visitas em Acolhimento Familiar

A avaliação da responsividade parental foi realizada através da ERP-VAF. A construção desta escala resultou da consulta de um painel de especialistas em desenvolvimento da criança e em avaliação da qualidade da interação cuidador-criança; da consulta de instrumentos validados para a avaliação da qualidade da interação; da revisão da literatura sobre o tópico e sobre as visitas parentais em AF; e da cotação de 3 interações mãe-criança, aleatoriamente selecionadas do projeto mais vasto, no qual se integra o presente estudo.

De seguida, a escala foi aplicada e cotada, no momento, por dois especialistas em Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Clínica, a duas díades mãe-criança da comunidade, em idade pré-escolar, numa situação de jogo livre. Desta administração, foram identificadas as alterações necessárias a efetuar à escala e integrados os seus ajustes e melhorias.

A versão atual da escala contempla um esquema de decisão em árvore, que inicialmente auxilia o observador a situar os comportamentos do cuidador, num polo positivo (representando a presença de mais comportamentos responsivos), polo intermédio, ou polo negativo (representando a presença de menos comportamentos responsivos), consoante a observação de três domínios-chave da interação: (i) o momento da chegada/despida; (ii) a resposta aos sinais e comunicações da criança; (iii) a resolução de problemas e conflitos. Tendo em conta os comportamentos responsivos do cuidador em cada um destes domínios, o observador responde, de seguida, a um leque de perguntas esquematizadas em árvore, que o levam a uma cotação final única. Desta forma, a escala é composta por 7 pontuações possíveis, onde as pontuações 7 (“Altamente Sensível”), 6 (“Muito Sensível”) e 5 (“Moderadamente Sensível”) se situam num polo positivo e, por isso, sensível e responsivo, e as pontuações 3 (“Moderadamente Insensível”), 2 (“Muito Insensível”) e 1 (“Altamente insensível”) se situam num polo negativo e, por isso, insensível e não-responsivo. A pontuação 4, polo intermédio, reflete as interações altamente ambivalentes, marcadas ora por respostas sensíveis e responsivas ora insensíveis e não-responsivas. Todas as pontuações apresentam descrições de comportamentos (in)sensíveis e (não)responsivos que caracterizam cada um dos pontos a atribuir.

2.2.2. Escalas de Sensibilidade-Insensibilidade e Cooperação-Interferência de Mary Ainsworth

Para a avaliação da validade de construto, o presente estudo integrou as Escalas de Sensibilidade-Insensibilidade e Cooperação-Interferência Maternas (Ainsworth et al., 1974). Estas escalas pretendem avaliar a sensibilidade parental (i.e., capacidade da figura materna para perceber e interpretar corretamente os sinais e comunicações da criança e de responder aos mesmos de forma pronta e adequada; escala Sensibilidade-Insensibilidade), e a cooperação parental (i.e., capacidade do cuidador para respeitar a autonomia da criança, evitando momentos de interrupção ou de controlo direto da atividade da criança; escala Cooperação-Interferência).

Em ambas as escalas, a cotação é feita através de uma escala de 9 pontos, onde pontuações mais altas indicam comportamentos mais sensíveis/cooperantes, e pontuações mais baixas, comportamentos menos sensíveis/cooperantes. No âmbito do projeto mais vasto, foram obtidos valores de confiabilidade entre avaliadores satisfatórios (Sensibilidade: $ICC = .93$, $n = 87$; Cooperação: $ICC = .86$, $n = 84$).

2.2.3. Inventário de Sintomas Psicopatológicos

Para a avaliação da psicopatologia materna, as mães preencheram os 53 itens do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI; Derogatis, 1982; versão em português, Canavarro, 1999), tendo por base uma escala 5 pontos, (0 = nada, a 4 = “extremamente”), que avaliam a presença de sintomas psicopatológicos vivenciados na última semana.

Através deste questionário são avaliadas nove dimensões de sintomatologia psicopatológica e três índices globais: Índice Geral de Sintomas, Total de Sintomas Positivos e Índice de Sintomas Positivos (ISP). O ISP foi utilizado no presente estudo enquanto medida da intensidade dos sintomas, corrigida pelo número dos mesmos. Quanto às qualidades psicométricas deste inventário, o estudo de validação para a população portuguesa revelou bons resultados, confirmando a validade do ISP enquanto escala de utilização separada das restantes (Canavarro, 2007).

2.2.4. Escalas de Desenvolvimento Mental da Griffiths

O desenvolvimento mental das crianças foi avaliado através das Escalas de Desenvolvimento Mental da Griffiths (2-8 anos) (Griffiths, 1984; versão parcial portuguesa, Castro & Gomes, 1996). Enquanto instrumento de referência para a avaliação do desenvolvimento infantil, as

escalas da Griffiths avaliam seis domínios: locomoção, pessoal-social, linguagem, coordenação olho-mão, desempenho e raciocínio prático.

Estes domínios podem ser considerados separadamente, através da análise de cada domínio de forma isolada, ou enquanto score global de desenvolvimento mental. Este score global é calculado através da média dos resultados de cada subescala e de um score por subescala (obtido pelos resultados brutos de cada subescala). O score global de desenvolvimento mental traduz-se, portanto, num perfil individual das capacidades e das necessidades de cada criança, tendo sido este o utilizado para o presente estudo.

2.3. Procedimento

O projeto de investigação foi previamente aprovado pela Comissão de Ética da Universidade do Minho, pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, e pelo Ministério da Educação de Portugal. Foi realizado o recrutamento das díades em estabelecimentos de ensino pré-escolar, onde foi efetuada a maioria da recolha de dados. Para algumas díades, as recolhas foram realizadas em casa dos participantes, tendo em conta a disponibilidade de cada um deles.

Na sessão de recolha de dados era solicitado às mães que preenchessem um conjunto de questionários e era levada a cabo uma tarefa de interação mãe-criança, filmada em formato audiovisual, que serviu para a cotação da ERP-VAF e das Escalas de Sensibilidade-Insensibilidade e Cooperação-Interferência de Ainsworth e colaboradores (1978). Esta tarefa era composta por três momentos de interação: (i) a criança brinca com um brinquedo desafiante sob orientação da figura materna (5 minutos); (ii) a criança brinca exclusivamente com um brinquedo desinteressante, tendo a orientação para não tocar nos restantes brinquedos, mais interessantes e visualmente disponíveis, enquanto a mãe preenche um questionário (5 minutos); (iii) a criança e a mãe brincam livremente com um conjunto de brinquedos desenvolvimentalmente apropriados (2.5 minutos) sendo, de seguida, (iv) pedido que a criança arrume os brinquedos, apenas com a mãe a orientar a criança mas sem arrumar por ela (2.5 minutos).

Neste estudo, para a cotação da ERP-VAF, os cotadores visualizaram 2,5 minutos de cada episódio do procedimento semiestruturado, de forma única, sem parar, retroceder ou rever os episódios, com o objetivo de simular a cotação no momento de uma interação mãe-criança.

2.4. Estratégia Analítica

A análise estatística foi realizada com recurso ao programa IBM SPSS Statistics v. 29. Em primeiro lugar, foram analisadas as estatísticas descritivas das principais variáveis do estudo, incluindo a média, desvio padrão, mínimo e máximo. De seguida, foi examinado o acordo interobservadores da ERP-VAF, através do cálculo do coeficiente de correlação intraclassa (ICC). Por fim, recorrendo ao coeficiente de correlação de Spearman e ao teste não paramétrico Mann-Whitney foram analisadas as associações entre a ERP-VAF e as restantes variáveis do estudo.

Capítulo 3. Resultados

3.1. Estatísticas Descritivas

3.1.1. Escala de Responsividade Parental nas Visitas em Acolhimento Familiar

Na Tabela 2 são apresentadas as estatísticas descritivas (média, desvio padrão, mínimo e máximo) da ERP-VAF. A média das pontuações obtidas pelas participantes quanto à responsividade parental na interação com os seus filhos foi de 4.50 ($DP = 2.04$), num universo de 7 pontuações possíveis na escala (variação = 1 – 7).

3.1.2. Escalas de Sensibilidade-Insensibilidade e Cooperação-Interferência de Mary Ainsworth

Na Tabela 2 encontram-se as estatísticas descritivas das Escalas de Sensibilidade-Insensibilidade e de Cooperação-Interferência, respetivamente. As participantes apresentaram, em média, comportamentos mais cooperantes ($M = 5.05$; $DP = 1.54$), do que comportamentos sensíveis ($M = 4.65$; $DP = 1.87$). Quanto à variação de pontuações, a sensibilidade variou entre 1 e 8 pontos, enquanto a cooperação se encontrou entre 3 e 8 pontos.

3.1.3. Inventário de Sintomas Psicopatológicos

As estatísticas descritivas da variável Inventário de Sintomas Psicopatológicos encontram-se na Tabela 2. Relativamente ao ISP, as participantes relataram, em média, um nível baixo de sintomas positivos ($M = 1.55$; $DP = .55$), tendo o valor máximo se situado nos 3.24 pontos (variação = 1; 3.24).

3.1.4. Escalas de Desenvolvimento Mental da Griffiths

Como se observa na Tabela 2, as estatísticas relativas às Escalas de Desenvolvimento Mental da Griffiths mostram que o Quociente de Desenvolvimento das crianças da amostra se situou entre 78.89 e 124.67 ($M = 105.42$; $DP = 10.49$).

Tabela 2*Estatísticas Descritivas das variáveis em estudo*

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min.</i>	<i>Max.</i>
Responsividade Parental	4.50	2.04	1	7
Sensibilidade	4.65	1.87	1	8
Cooperação	5.05	1.54	3	8
Índice de Sintomas Positivos	1.55	.55	1	3.24
Desenvolvimento Mental da Criança	105.42	10.49	79.89	124.67

Nota. M = Média; DP = Desvio Padrão; Min. = Mínimo; Max. = Máximo.

3.2. Fiabilidade

Para a análise da fiabilidade da ERP-VAF foi calculado o acordo interobservadores, determinado pela cotação de 10 casos (50% da amostra), selecionados aleatoriamente, por 2 cotadores treinados para o efeito e ambos cegos aos restantes dados da amostra. Os resultados revelaram uma excelente confiabilidade (Cicchetti, 1994) ($ICC = .89$).

3.3. Validade de Construto

A avaliação da validade de construto foi realizada através das associações entre a escala e a sensibilidade materna e a cooperação materna (Tabela 3). Pode verificar-se que a ERP-VAF se encontra fortemente correlacionada com a sensibilidade ($r_s = .65$; $p < .01$) e com a cooperação ($r_s = .88$; $p < .01$).

3.4. Outras Associações

Na Tabela 3 encontram-se as associações entre a ERP-FAV e as demais variáveis em estudo. Os resultados indicam uma relação significativa, positiva e moderada entre a responsividade parental e o grau de escolaridade da mãe ($r_s = .56$; $p < .05$). Por outro lado, a psicopatologia materna, avaliada pelo índice de sintomas positivos ($r_s = -.06$; $p > .05$) e o desenvolvimento mental da criança, avaliado pelas escalas da Griffiths ($r_s = .03$; $p > .05$), não se mostraram estatisticamente associadas à responsividade parental. Também não foram observadas diferenças estatisticamente significativas na responsividade parental, consoante o seu sexo da criança ($U = 47$; $p = .85$). A par, nem a idade da criança nem a idade da mãe se revelaram

significativamente associadas à responsividade, significando que os comportamentos responsivos não parecem ser influenciados pelas idades da díade (ambos os resultados, $p > .05$).

Tabela 3

Associações entre a ERP-FAV e restantes variáveis

	1	2	3	4	5	6	7
1. Responsividade Parental (ERP-FAV)							
2. Sensibilidade	.65**						
3. Cooperação	.88**	.75**					
4. Índice de Sintomas Positivos	-.06	-.16	-.06				
5. Griffiths	.03	.29	.10	-.00			
6. Idade da criança (em anos)	.33	.26	.25	-.24	.10		
7. Idade da mãe	.29	-.01	.29	-.11	.01	.33	
8. Escolaridade da mãe	.56*	.54*	.51*	.07	.20	.45*	.11

**A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

*A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Capítulo 4. Discussão

4.1. Discussão

Não existe um protocolo de avaliação das visitas parentais em acolhimento, nem instrumentos de observação neste âmbito para serem cotados no momento pelos profissionais em promoção e proteção, em Portugal. Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento de uma ferramenta que responda à necessidade de apoiar, de forma informada, os processos de tomada de decisão pelos profissionais em relação às visitas em AF (e.g., Carvalho et al., 2018; Delgado, 2016; Rycus et al., 2008; Van Holen et al., 2024), evitando que os profissionais dependam unicamente do seu julgamento clínico para a definição dos critérios da decisão.

Os resultados obtidos indicam níveis excelentes de acordo entre os observadores (Cicchetti, 1994), o que garante a confiabilidade e consistência dos dados recolhidos através da ERP-FAV. Embora o desenvolvimento de uma escala implique uma constante revisão e melhoramento, estes valores excelentes de fiabilidade são um primeiro indicador de que a ERP-FAV se apresenta como uma escala de observação promissora.

Este estudo pretendeu ainda explorar as propriedades psicométricas da ERP-VAF, numa fase que, metodologicamente, tem como objetivo desenvolver resultados preliminares, adicionar ou excluir medidas do instrumento e testar os construtos e fiabilidade do instrumento (Smith, 2019), para que, sendo promissor, possa ser replicado num estudo maior e mais desenvolvido (Beets et al., 2021). Por esta razão, a aplicação da escala a amostras da comunidade é essencial, para que, quando aplicadas a amostras mais específicas e vulneráveis como as em AF, se encontrem já com algum grau de fidelidade e evidência (Beets et al., 2021), reduzindo os riscos da implementação de um instrumento, ainda com falhas e necessidade de aprimoramento. Ainda de forma a evoluir na construção da ERP-FAV, e sendo necessário testá-la em todas as suas fases, o uso de uma amostra da comunidade permite também uma validação destas mesmas fases que suportam e orientam os ajustes necessários a realizar.

Quanto à análise da validade de construto, esta sugere que a ERP-FAV se encontra a medir consistentemente aquilo que se propôs a medir, uma vez que se encontra fortemente associada tanto à sensibilidade como à cooperação maternas, ambas variáveis que teoricamente são esperadas estar relacionadas com a responsividade. Estes resultados suportam a validação do instrumento (Shao et al., 2022). Sabendo que foram utilizadas metodologias diferentes, uma vez que as cotações feitas com a ERP-FAV foram realizadas no momento, sem paragens ou

retrocessos, e que as cotações da sensibilidade e da cooperação não, o suporte à validade de construto é um resultado particularmente relevante. Sabe-se que grande parte dos instrumentos de observação da interação cuidador-criança existentes apresentam, por um lado, grandes falhas ao nível das suas qualidades psicométricas (Cañas et al., 2019) e são, por outro lado, instrumentos clássicos cuja aplicação não se mostra útil para a aplicação no momento (Mesman & Emmen, 2016), carácter esse essencial ao contexto das visitas em AF. Desta forma, os resultados obtidos indicam que a estruturação desta escala, em árvore, é altamente promissora para cotações no momento, servindo as necessidades dos profissionais na avaliação das visitas em AF, bem como apresentando qualidades psicométricas validadas. A importância destes resultados reside ainda em anos de investigação que sugerem que a responsividade, a sensibilidade e a cooperação maternas exercem um forte impacto em múltiplos domínios do desenvolvimento da criança. Sendo estes indicadores-chave da qualidade da interação mãe-criança (e.g., Ainsworth et al., 1978; Crittenden & Bonvillian 1984; Radoš, 2021), a ERP-FAV pode vir a ser uma ferramenta útil para a intervenção na parentalidade com as famílias biológicas em AF.

É de destacar que a única variável sociodemográfica que emergiu associada à sensibilidade, cooperação e responsividade, embora numa relação mais moderada, foi o grau de escolaridade da mãe. Em específico, mães com maior nível de escolaridade apresentaram comportamentos mais responsivos na interação com os seus filhos. Esta associação está em linha com a investigação vasta que sugere que uma maior escolaridade materna estará associada a uma parentalidade mais sensível e, contrariamente, uma menor escolaridade estará associada a práticas parentais menos sensíveis (e.g., Neuhauser, 2018; van Doesum et al., 2007). Estudos sugerem, assim, que uma maior escolaridade materna está associada a uma melhor qualidade da interação entre mãe-criança (Duncan & Magnuson, 2014; Scherer et al., 2019), sugerindo-se que maiores recursos cognitivos e sociais podem permitir interações mais sensíveis com os filhos (Neuhauser, 2018).

O grau de escolaridade apresentou-se ainda significativamente associado à idade da criança, o que pode ser explicado pelas características sociodemográficas da amostra e corroborado pela literatura. Mães que detêm graus de ensino mais elevados tendem a ter filhos mais tarde (e.g., Cantalini et al., 2020).

Por fim, é também interessante refletir sobre os resultados da associação entre a responsividade parental e a psicopatologia materna, que não se mostraram significativamente associadas neste estudo. É vasta a literatura que sugere que a psicopatologia materna está associada a comportamentos parentais menos responsivos na interação com a criança,

nomeadamente a respostas menos sensíveis aos sinais da criança e menor estimulação (e.g., Broth et al., 2004; Cohn & Tronick, 1989; Ramdas et al., 2022; Reck et al., 2011). No entanto, estes resultados talvez possam ser justificados pela amostra em estudo não ser uma amostra clínica, que, como esperado, obteve níveis mais baixos de sintomatologia psicopatológica por parte das participantes. Esta reduzida variação de sintomatologia pode acabar por não refletir o impacto da psicopatologia nos comportamentos responsivos.

Múltiplos fatores podem influenciar a qualidade das interações pais-criança durante os contactos supervisionados. Logo, a sua avaliação é um desafio para os profissionais. Desafio este, particularmente acentuado na ausência de consenso entre os profissionais quanto ao seu papel e intervenção (Saini et al., 2012; Triseliotis, 2010). A falta de diretrizes, da definição e reconhecimento das funções de cada interveniente das visitas e respetiva supervisão, parece ser algo que caracteriza diferentes sistemas de proteção da CJ, sendo constante o questionamento dos profissionais quanto ao seu papel, ao que avaliar e como avaliar (e.g., Bullen et al., 2015; Bullen et al., 2017; Carvalho et al., 2019; Cruz et al., 2018; Cuña, 2021; Kiely et al., 2019; Rycus et al., 2008; Teixeira et al., 2022; Van Holen et al., 2024).

Nos casos de reunificação familiar, por exemplo, é fulcral que a relação entre a CJ e a sua FO seja mantida, não só tendo em conta a frequência dos contactos, mas reconhecendo o impacto e a primazia da qualidade destes contactos (Sen & Broadhurst, 2011). É também nestes contactos que as competências parentais devem ser trabalhadas, de forma a garantir reunificações de sucesso (Del Valle et al., 2009), pois para existir aprendizagem de competências e evolução na qualidade destas relações, a intervenção é essencial. No entanto, só é possível existir uma boa intervenção, quando existe uma boa avaliação. Alguns autores sugerem que reunificações mal sucedidas podem estar relacionadas com avaliações inadequadas ou insuficientes da capacidade parental dos pais (e.g., Vischer et al., 2017). Logo, é fundamental e urgente a criação de protocolos de avaliação eficazes, abrangentes e validados, que consigam aceder não só a estas capacidades parentais pré e pós intervenção, como ao potencial de mudança destas famílias, num período que se caracterize como útil para a criança.

Pode concluir-se que anos de investigação apontam para a importância da qualidade das interações cuidadores-criança para o desenvolvimento cognitivo, emocional, comportamental e social da criança, incluindo as CJ em situação de vulnerabilidade, como em acolhimento (e.g., Ainsworth et al., 1978; Akin et al., 2017; Alink et al., 2009; Attar-Schwartz, 2008; Bornstein, 2012; Bowlby, 1984; Humphreys & Kiraly, 2011; Moyers et al., 2006). Desta forma, reforça-se a importância de supervisionar o contacto, quer pelos riscos que estas visitas podem acarretar para a CJ, quer pela necessidade de avaliar a qualidade da interação, tendo particularmente em

conta as necessidades de mudança da figura parental e as fases de desenvolvimento da criança (Bullen et al., 2015). Apesar das orientações claras sobre a necessidade de aceder à qualidade das visitas e o papel determinante que os profissionais que as supervisionam têm, os julgamentos realizados sobre a qualidade do contacto continuam a carecer de fundamentação teórica, diretrizes claras e empiricamente baseadas, bem como de instrumentos de avaliação validados que determinem o que avaliar e a partir de que critérios (Triseliotis, 2010)

Destaca-se, portanto, a necessidade urgente na criação de orientações e instrumentos que apoiem as equipas no terreno. Esta lacuna reforça a necessidade de mais investimento em recursos, quer humanos, quer materiais, que se mostram indispensáveis ao funcionamento e desenvolvimento do AF (Delgado, 2020), acompanhado e apoiado por um reforço da investigação neste contexto.

4.2. Limitações do estudo e sugestões para investigação futura

O presente estudo apresenta-se como uma contribuição para a escassa investigação relativa à avaliação das visitas de contacto em AF e à qualidade da interação nestes momentos. Grande parte da investigação sobre as visitas de contacto não tem avaliado a qualidade das interações pais-crianças durante estas visitas, mas recorre a outros critérios (e.g., frequência dos contactos) (Salas et al., 2021). Apesar da relevância deste trabalho, existem algumas limitações importantes a considerar.

Uma das principais limitações deste estudo passa pela composição da sua amostra, tendo em conta a temática trabalhada. A amostra é composta por mães e crianças da comunidade, que dificilmente se cruza com as especificidades do contexto das famílias com crianças em AF, podendo isto traduzir-se num enviesamento dos resultados relativos à ERP-VAF. Para além disto, a amostra deste estudo é reduzida, o que limita o poder estatístico e a generalização dos seus resultados. Desta forma, sugere-se que os próximos passos da investigação passem pela exploração das variáveis em estudo com uma amostra em AF, de forma a obter a representatividade necessária deste contexto para o aperfeiçoamento da ERP-FAV.

Este é um estudo exploratório das características psicométricas da ERP-FAV, pelo que se mostra essencial dar continuidade ao desenvolvimento da escala, tendo em conta a importância e urgência de instrumentos de avaliação das visitas para a prática profissional no sistema de promoção e proteção. Investigação futura deverá aprimorar a escala considerando os resultados obtidos. O entendimento dos fatores que impactam a responsividade parental nas visitas é igualmente essencial para o aperfeiçoamento da ERP-FAV. Deverá ainda ser procurada

a colaboração de profissionais em promoção e proteção, com experiência em supervisão de visitas, de forma a recolher o seu contributo para o desenvolvimento do instrumento.

4.3. Implicações para a prática

Ainda assim, mesmo tendo em conta as limitações apresentadas, é importante realçar que este estudo se apresenta como um contributo para a avaliação das visitas de contacto em AF, ao propor um novo instrumento para a sua avaliação. Este estudo revela-se altamente promissor enquanto ponto de partida para a futura disponibilização de uma escala de observação de cotação no momento, útil para os profissionais que supervisionam visitas de contacto em AF, traçando um caminho para a definição de critérios a avaliar e para a construção de protocolos validados e abrangentes. O facto deste estudo ter proposto uma escala com estrutura em árvore que permite a cotação no momento, faz com que o mesmo seja altamente promissor para o auxílio aos profissionais que necessitam de instrumentos de observação simples e de fácil aplicação e cotação.

A existência de instrumentos válidos para a avaliação da qualidade das interações pais-criança nas visitas de contacto, poderá igualmente vir a contribuir para a investigação em AF, essencial para a construção de conhecimento que possa informar boas práticas e outras orientações em AF.

Conclusão

Este estudo pretendeu contribuir para o tema das visitas de contacto em AF e para a avaliação da qualidade de interação pais-criança. Mais concretamente, constituiu-se como uma resposta à lacuna e inexistência de instrumentos validados para a sua avaliação, no momento, pelos profissionais que supervisionam estas visitas. Em específico, este estudo teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento inicial da ERP-FAV, bem como explorar as suas propriedades psicométricas.

Os resultados sugerem que a ERP-FAV se apresenta como uma escala de observação da qualidade da interação pais-criança, esquematizada em árvore para cotação no momento, altamente promissora. Os resultados apontaram para um acordo inter-observadores excelente, e para associações significativas entre a ERP-FAV e a sensibilidade e a cooperação materna avaliadas com base nas escalas de Ainsworth et al. (1978).

Dado o carácter exploratório deste estudo, é essencial que investigação futura procure aperfeiçoar a ERP-FAV, reconhecendo a amostras de crianças em AF e suas famílias, bem como incorporando as sugestões de melhoria propostas por profissionais com experiência em supervisão de visitas de contacto.

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M., Bell, S., & Stayton, D. (1974). Infant-mother attachment and social development: “Socialization” as a product of reciprocal responsiveness to signals. In M. Richards (Ed.), *The Integration of a Child into a Social World* (pp. 99-135). Cambridge University Press.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the Strange Situation*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Akin, B. A., Yan, Y., McDonald, T. P., & Moon, J. (2017). Changes in parenting practices during parent management training Oregon model with parents of children in foster care. *Children and Youth Services Review*, 76, 181–191. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2017.03.010>
- Alink, L. R., Cicchetti, D., Kim, J., & Rogosch, F. A. (2009). Mediating and moderating processes in the relation between maltreatment and psychopathology: Mother-child relationship quality and emotion regulation. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37(6), 831-843. <https://doi.org/10.1007/s10802-009-9314-4>
- Attar-Schwartz, S. (2008). Emotional, behavioral and social problems among Israeli children in residential care: A multi-level analysis. *Children and Youth Services Review*, 30(2), 229–248. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2007.09.009>
- Baião, R., Baptista, J., Carneiro, A., Pinto, R., Toscano, C., Fearon, P., ... & Mesquita, A. R. (2018). Assessing preschoolers interactive behaviour: A validation study of the “Coding System for Mother–Child Interaction”. *Child: Care, Health and Development*, 44(4), 644-650. <https://doi.org/10.1111/cch.12572>
- Beets, M. W., von Klingraeff, L., Weaver, R. G., Armstrong, B., & Burkart, S. (2021). Small studies, big decisions: The role of pilot/feasibility studies in incremental science and premature scale-up of behavioral interventions. *Pilot and Feasibility Studies*, 7, 1-9. <https://doi.org/10.1186/s40814-021-00909-w>

- Bertão, A., Delgado, P., Carvalho, J., & Pinto, V. (2015). O contacto no acolhimento familiar de crianças e jovens: Uma avaliação atual. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6, 193-209. <http://hdl.handle.net/10400.22/6385>
- Bornstein, M. H. (2012). Caregiver responsiveness and child development and learning: From theory to research to practice. In P. L. Mangione (Ed.), *A guide to cognitive development and learning* (2nd ed., pp. 11-25). California Department of Education & WestEd.
- Bowlby, J. (1984). Violence in the family as a disorder of the attachment and caregiving systems. *American Journal of Psychoanalysis*, 44(1), 9-27. <https://doi.org/10.1007/BF01255416>
- Broth, M. R., Goodman, S. H., Hall, C., & Raynor, L. C. (2004). Depressed and well mothers' emotion interpretation accuracy and the quality of mother-infant interaction. *Infancy*, 6(1), 37-55. https://doi.org/10.1207/s15327078in0601_2
- Bullen, T., Taplin, S., Kertesz, M., Humphreys, C., & McArthur, M. (2015). *Literature review on supervised contact between children in out-of-home care and their parents*. Australian Catholic University, Institute of Child Protection Studies. <https://doi.org/10.26199/acu.88220>
- Bullen, T., Taplin, S., McArthur, M., Humphreys, C., & Kertesz, M. (2017). Interventions to improve supervised contact visits between children in out of home care and their parents: A systematic review. *Child & Family Social Work*, 22(2), 822-833. <https://doi.org/10.1111/cfs.12301>
- Cañas, M., Ibabe, I., & De Paúl, J. (2020). Promising observational instruments of parent-child (0-12 years) interaction within the child protection system: A systematic review. *Child Abuse & Neglect*, 109, 104713. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104713>
- Canavarro, M. C. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos: BSI. In M. R. Simões, M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (Vol. II, pp. 87-109). SHO/APPORT.

- Canavarro, M. C. (2007). Inventário de Sintomas Psicopatológicos. In M. Simões, C. Machado, M. Gonçalves, & L. Almeida. (Eds). *Avaliação psicológica – Instrumentos validados para a população portuguesa*. Quarteto.
- Cantalini, S., Guetto, R., & Panichella, N. (2020). Parental age at childbirth and children's educational outcomes: Evidence from upper-secondary schools in Italy. *Genus*, 76(1), 8. <https://doi.org/10.1186/s41118-020-00076-5>
- Carvalho, J., Delgado, P., & Pinto, V. S. (2019). O contacto no acolhimento familiar: Discursos, representações e desafios para o desenvolvimento da relação entre famílias e profissionais. *Configurações: Revista de Ciências Sociais*, (23), 31-52. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.7317>
- Carvalho, J. M., Delgado, P., Pinto, V. S., & Benbenishty, R. (2018). Reunification in foster care: Influences on decision-making. *Child Abuse & Neglect*, 86, 67–78. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.09.012>
- Castro, S. L. & Gomes, I. (1996). As Escalas Griffiths adaptadas ao português: Versão parcial para investigação [The Griffiths Scales adapted to Portuguese: Partial version for research purposes]. *Laboratório de Fala, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto*. (Original work published 1984).
- Cicchetti, D. V. (1994). Guidelines, criteria, and rules of thumb for evaluating normed and standardized assessment instruments in psychology. *Psychological Assessment*, 6(4), 284–290. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.6.4.284>
- Cohn, J. F., & Tronick, E. (1989). Specificity of infants' response to mothers' affective behavior. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 28(2), 242–248. <https://doi.org/10.1097/00004583-198903000-00016>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJC] (2016). *Relatório de Avaliação da Atividade – 2016*. Lisboa.

- Craven, P. A., & Lee, R. E. (2006). Therapeutic interventions for foster children: A systematic research synthesis. *Research on Social Work Practice, 16*(3), 287-304. <https://doi.org/10.1177/1049731505284863>
- Cruz, O., Barbosa-Ducharne, M. & Alves, L. (2018). Reunificação familiar em Portugal: Práticas e atitudes profissionais [*Relatório técnico*]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/117592>
- Cuña, R. C. D. C. (2021). *A implementação do acolhimento familiar em Portugal: Potencialidades e desafios na perspectiva de intervenientes-chave do sistema Nacional de acolhimento de crianças e jovens* [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10400.12/8496>
- Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de Setembro. Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo. Diário da República n.º 177/2019, Série I de 2019-09-16.
- Decreto-Lei n.º 288/79, de 13 de Agosto. Define colocação familiar e estabelece os seus objectivos. Diário da República n.º 186/1979, Série I de 1979-08-13.
- Del Valle, J. F., Bravo, A., & López, M. (2009). El acogimiento familiar en España: Implantación y retos actuales. *Papeles del Psicólogo, 30*(1), 33-41.
- Delgado, J. P. F. (2020). O acolhimento familiar de crianças em Portugal: Evidências e Desafios. *Polémica, 20*(1), 23-42. <https://doi.org/10.12957/polemica.2020.55975>
- Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal: Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade, 22*, 336-344. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200014>
- Delgado, P. (Coord.). (2016). *O contacto no acolhimento familiar: O que pensam as crianças, as famílias e os profissionais*. Mais Leitura.

- Duncan, G. J., & Magnuson, K. A. (2014). Off with Hollingshead: Socioeconomic resources, parenting, and child development. In *Socioeconomic status, parenting, and child development* (pp. 83-106). Routledge.
- Er-Vargün, G., & Akgün, S. (2024). Maternal hostility, moral reasoning and sharing in children. *Current Psychology: A Journal for Diverse Perspectives on Diverse Psychological Issues*, 43(9), 8261–8271. <https://doi.org/10.1007/s12144-023-05019-9>
- Figueiredo, P. R. (2021). *Regime de execução do acolhimento familiar – Anotado (DL n.º 139/2019, de 16 de setembro)* (2ª ed.). Centro de Estudos Judiciários.
- Griffiths, R. (1984). *The Abilities of Young Children*. ARICD.
- Humphreys, C., & Kiraly, M. (2011). High-frequency family contact: A road to nowhere for infants. *Child and Family Social Work*, 16(1), 1-11. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2010.00699.x>
- Instituto da Segurança Social, I.P. [ISS] (2023). *Casa 2022: Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Instituto da Segurança Social.
- Kiely, E., O'Sullivan, N., & Tobin, M. (2019). Centre-based supervised child-parent contact in Ireland: The views and experiences of fathers, supervisors and key stakeholders. *Children and Youth Services Review*, 100, 494-502. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.03.008>
- Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Diário da República n.º 175/2015, Série I.
- Magalhães, E. & Baptista, J. (Coord.). (2021). *Acolhimento familiar de crianças e jovens em perigo: Manual para profissionais*. PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

- Mesman, J., & Emmen, R. A. G. (2013). Mary Ainsworth's legacy: A systematic review of observational instruments measuring parental sensitivity. *Attachment & Human Development, 15*(5–6), 485–506. <https://doi.org/10.1080/14616734.2013.820900>
- Moyers, S., Farmer, E., & Lipscombe, J. (2006). Contact with family members and its impact on adolescents and their foster placements. *British Journal of Social Work, 36*(4), 541–559. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bch270>
- Negrão, M., Mendonça, M. A., Veiga, E., Veríssimo, L., & Moreira, M. (2022). Family foster care: Perceptions of portuguese child protection professionals. *Análise Psicológica, 40*(1), 33-47. <http://hdl.handle.net/10400.14/38026>
- Neil, E., & Howe, D. (2004). Conclusions: A transactional model for thinking about contact. In E. Neil & D. Howe (Eds.), *Contact in adoption and permanent foster care* (pp. 224–254). British Association for Adoption and Fostering.
- Poitras, K., Porlier, S., & Tarabulsky, G. M. (2022). Child's adjustment and parent-child contact after child placement into foster care: A systematic review. *Journal of Public Child Welfare, 16*(5), 575–606. <https://doi.org/10.1080/15548732.2021.1940416>
- Radoš, S. N. (2021). Parental sensitivity and responsiveness as mediators between postpartum mental health and bonding in mothers and fathers. *Frontiers in Psychiatry, 12*, Article 723418. <https://doi.org/10.3389/fpsyt.2021.723418>
- Ramdas, D.L., Sbrilli, M.D. & Laurent, H.K. (2022). Impact of maternal trauma-related psychopathology and life stress on HPA axis stress response. *Archives of Women's Mental Health, 25*, 121–128. <https://doi.org/10.1007/s00737-021-01169-6>
- Ruiz-Romero, K. J., Salas, M. D., Fernández-Baena, F. J., & González-Pasarín, L. (2022). Is contact with birth parents beneficial to children in non-kinship foster care? A scoping review of the evidence. *Children and Youth Services Review, 143*, 1–12. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2022.106658>

- Rycus, J. S., Hughes, R. C., Lindsey, D., & Shlonsky, A. (2008). Assessing risk throughout the life of a child welfare case. In D. Lindsey & A. Shlonsky (Eds.), *Child welfare research: Advances for practice and policy* (pp. 201–213). Oxford University Press.
- Saini, M., Van Wert, M., & Gofman, J. (2012). Parent–child supervised visitation within child welfare and custody dispute contexts: An exploratory comparison of two distinct models of practice. *Children and Youth Services Review*, 34(1), 163–168. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.09.011>
- Salas, M. D., Bernedo, I. M., García-Martín, M. A., & Fuentes, M. J. (2021). Behavioral observation and analysis of participants in foster care visits. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 70(2), 540–556. <https://doi.org/10.1111/fare.12430>
- Scherer, E., Hagaman, A., Chung, E., Rahman, A., O'Donnell, K., & Maselko, J. (2019). The relationship between responsive caregiving and child outcomes: Evidence from direct observations of mother-child dyads in Pakistan. *BMC Public Health*, 19, 1-10. <https://doi.org/10.1186/s12889-019-6571-1>
- Schofield, G., & Beek, M. (2005). Risk and resilience in long-term foster-care. *The British Journal of Social Work*, 35(8), 1283-1301. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bch213>
- Sen, R., & Broadhurst, K. (2011). Contact between children in out-of-home placements and their family and friends networks: A research review. *Child & Family Social Work*, 16(3), 298–309. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2010.00741.x>
- Sessa, F. M., Avenevoli, S., Steinberg, L., & Morris, A. S. (2001). Correspondence among informants on parenting: Preschool children, mothers, and observers. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 53–68. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.53>
- Shao, K., Elahi Shirvan, M., & Alamer, A. (2022). How accurate is your correlation? Different methods derive different results and different interpretations. *Frontiers in Psychology*, 13, 901412. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.901412>

- Smith, C. A. (2019). The uses of pilot studies in sociology: A processual understanding of preliminary research. *The American Sociologist*, 50(4), 589-607. <https://doi.org/10.1007/s12108-019-09419-y>
- Taplin, S., & Mattick, R. P. (2014). Supervised contact visits: Results from a study of women in drug treatment with children in care. *Children and Youth Services Review*, 39, 65–72. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2014.01.023>
- Teixeira, D. N., Narciso, I., & Henriques, M. R. (2022). Driving for success in family reunification: Professionals' views on intervention. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(24), 16594. <https://doi.org/10.3390/ijerph192416594>
- Triseliotis, J. (2010). Contact between looked after children and their parents: A level playing field? *Adoption & Fostering*, 34(3), 59-66. <https://doi.org/10.1177/030857591003400311>
- UNICEF (2019). *Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos*. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990. Comité Português para a UNICEF.
- UNICEF (2024). *TransMonEE analytical series: Pathways to better protection - Taking stock of the situation of children in alternative care in Europe and Central Asia*. Regional Office for Europe and Central Asia, UNICEF. Geneva.
- UNICEF & Eurochild. (2021). *Better data for better child protection systems in Europe: Mapping how data on children in alternative care are collected, analysed and published across 28 European countries*. Technical report of the Datacare project.
- van Doesum, K. T., Hosman, C. M., Riksen-Walraven, J. M., & Hoefnagels, C. (2007). Correlates of depressed mothers' sensitivity toward their infants: The role of maternal, child, and contextual characteristics. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 46(6), 747-756. <https://doi.org/10.1097/CHI.0b013e318040b272>

Van Holen, F., Moens, J., Van Hove, L., Verheyden, C., & Vanderfaeillie, J. (2024). What criteria do foster care workers take into account when recommending foster children's visiting arrangements with their birth parents. *Child & Family Social Work*, 29(1), 259–269. <https://doi.org/10.1111/cfs.13074>

Vischer, A. F. W., Grietens, H., Knorth, E. J., & Mulder, H. (2017). Assessing parenting in the context of reunification of infants/toddlers and their families: How to face the challenges? *Infant Mental Health Journal*, 38(3), 406-421. <https://doi.org/10.1002/imhj.21646>